

EDUCAÇÃO E TECNOLOGIAS NO ESTADO DE GOIÁS

Moema Gomes Moraes

RESUMO: O artigo traz um recorte de uma pesquisa empírica que está sendo desenvolvida, cuja abordagem é qualitativa e tem como objetivo geral analisar, com relação aos programas oficiais de integração das tecnologias à educação, as percepções de professores da rede pública da educação básica do Estado de Goiás sobre: o papel das TIC na educação e a trajetória de suas práticas pedagógicas. Para compreender o contexto em que os sujeitos da pesquisa estão inseridos, se faz necessário apreender o contexto da problemática anunciada. Diante disto, foi feito o levantamento dos documentos e leis relacionados ao ProInfo e ao Plano Estadual de Educação do Estado de Goiás (PEE) de 2008. Assim, este texto que se configura como uma análise documental, contribui com a fundamentação teórica e análise dos dados observados desta investigação. Espera-se, desta forma, captar mais uma das interfaces do cenário educacional brasileiro, em especial do Estado de Goiás, constituída ao longo dos programas relacionados à implantação das tecnologias na educação.

Palavras-chave: Educação e tecnologias; ProInfo em Goiás; Inclusão Digital em Goiás.

Introdução

Este texto apresenta parte de uma pesquisa empírica em andamento¹ e propõe a reflexão sobre os aspectos relacionados aos dados documentais que compõem o contexto dos sujeitos investigados. A investigação se desenvolve por meio da abordagem metodológica qualitativa. Tem como objetivo geral, analisar, com relação aos programas oficiais de integração das tecnologias à educação, as percepções de professores da rede pública da educação básica do Estado de Goiás sobre: o papel das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) na educação e a trajetória de suas práticas pedagógicas.

Considera-se que as questões sobre as relações entre a educação e as tecnologias configuram-se em aspectos que ultrapassam a análise quantitativa de dados, e também a compreensão técnica e/ou instrumental dos usos que se fazem das tecnologias no processo educacional. Desta maneira, inicia-se o estudo pela análise das políticas públicas brasileiras para o uso das tecnologias na educação, em especial no Estado de Goiás.

O marco desta análise é o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo) implantado em 1997, pela Secretaria de Educação a Distância (SEAD) em parceria com os governos estaduais e municipais, que teve como objetivo introduzir o

¹ Para manter o anonimato, foi retirado todas as informações. Caso este texto seja aprovado, será apresentado aqui as informações referentes à pesquisa, sua fonte de financiamento e o grupo de pesquisa ao qual está vinculada.

uso das tecnologias nas escolas públicas brasileiras. Autores como Bonilla e Pretto (2000), Moraes (2006), Arruda e Raslan (2007) destacam que apesar do uso do computador na educação ter iniciado a partir da década de 70, somente no final da década de 90 é que surgiram programas federais destinados às políticas públicas para o uso das tecnologias na escola.

Um dos aspectos marcantes nestes programas, dirige-se as suas justificativas que associam o acesso e uso das tecnologias na educação como dispositivo de promoção da inclusão digital. Percebe-se, a existência de uma suposição de que a diminuição das desigualdades sociais está relacionada à distribuição de tecnologias. Arruda e Raslan (2007) reforçam que esta visão coloca a educação mais próxima da perspectiva empresarial do que da pedagógica.

A Inclusão Digital

Autores como Pretto (2011), Bonilla e Pretto (2000) e Moraes (2006) o observarem o contexto internacional, nota-se que os programas de inclusão digital em países de economia periférica avançaram nas últimas décadas. Tal fato, deve-se muitas vezes às pressões do cenário mundial que utiliza as TIC para realizarem suas atividades econômicas, financeiras, políticas. Além disto, elas permitem que os cidadãos usufruam das possibilidades comunicacionais próprias destes dispositivos, em diferentes alcances: sociais, educacionais e científicas.

No Brasil, o ideário acerca da exclusão digital reflete a perspectiva de que as tecnologias são responsáveis pelo desenvolvimento social, cognitivo e econômico. Duran (2008) esclarece a importância de não esquecer que as questões relacionadas a desigualdade social são de natureza política e humana. O fato de possuir equipamentos e dispositivos técnicos significa muitas vezes a instrumentalização de uma determinada comunidade, e não de inclusão em um contexto maior. A autora ainda analisa, que muitas vezes a compreensão do termo se refere às características técnicas e não às formas reais de uso pelos indivíduos da sociedade.

Os programas do governo federal que se referem a inclusão digital evidenciam que ela seja necessária para (promoção) da cidadania e da participação política. Neste contexto, é possível perceber 15 programas² que visam “garantir a disseminação e o uso

² De acordo com o portal de governo eletrônico os 15 programas destinados a inclusão digital são: Banda larga nas escolas; Casa Brasil; Centros de recondiçionamentos de computadores (CRCs); Cidades digitais; Computadores para inclusão; Oficina para inclusão digital; Projeto cidadão conectado; Programa

das tecnologias da informação e comunicação orientadas ao desenvolvimento social, econômico, político, cultura, ambiental e tecnológico, centrados nas pessoas” (BRASIL, 2014).

Diante disto, reforça-se a preocupação de que promover a inclusão digital envolve aspectos amplos e complexos. Como destaca Pinheiro (2007), é necessário considerar as dimensões sociais, políticas e culturais, para se aproximar de ações que sejam realmente agregadoras de benefícios para aqueles que não possuem acesso às tecnologias. É preciso compreender que ter acesso às tecnologias é apenas um agente facilitador, que não garante todas as transformações prometidas. Daí a necessidade de, em uma análise qualitativa, buscar uma compreensão do tema em todas suas dimensões, quais sejam, política, econômica, social, cultural e pedagógica.

Do ponto de vista de pesquisadores como Lemos e Levy (2012) e outros que analisam tais questões, é possível perceber a presença de três características marcantes nestes programas: A primeira, destaca a existência de ações baseadas em experiências internacionais, não representantes da realidade cultural, econômica e financeira brasileira. A segunda se refere as justificativas que definem que a sociedade é composta por dois grupos - aqueles que utilizam os recursos tecnológicos, e aqueles que não utilizam. E a terceira considera que as tecnologias modificam cognitivamente os indivíduos. Para exemplificar esta característica, tem-se que a implantação de tecnologias em ambientes formativos é fator condicionante para o aumento da qualidade educacional. Não se considera então, os aspectos que são característicos da educação: o professor, o aluno, os conteúdos educacionais, a metodologia.

A partir destas reflexões, nota-se que as políticas educacionais brasileiras que se referem ao uso das tecnologias na educação, não possuem uma concepção clara dos objetivos educacionais. Bonilla e Pretto (2000) destacam ainda que, “o sistema educacional brasileiro tem sido utilizado como uma mera estratégia para a consolidação dos fins propostos por outras áreas, em especial a área econômica e a área técnico-científica” (p. 31). Reforça-se aqui, a preocupação com a maneira como as tecnologias são tratadas pelas políticas públicas brasileiras e direciona, nesse momento, para o

modo como o Plano Nacional de Educação³ (PNE) e os programas do governo federal tratam estas questões.

Nota-se, nestes documentos, que apesar de se tratar de políticas que modificam o cotidiano da escola, ao fazerem referência sobre o uso das tecnologias em espaço escolar, os aspectos que são próprios da educação e da prática pedagógica não são valorizados. Para Santos (2013) este posicionamento evidencia os argumentos que traduzem a ideia de se investir em recursos tecnológicos para promover o aumento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)⁴ das escolas públicas brasileiras.

Compreende-se então, que o acesso as tecnologias pode acontecer em diferentes níveis de intensidades ou características que são determinadas pelas características socioculturais de cada indivíduo. Por isto é necessário compreender a diferença entre ter o acesso e o uso que é feito das tecnologias.

O ProInfo: um olhar para o contexto goiano

A proposta desta contextualização é feita a partir da compreensão deste programa no momento de sua criação no Estado de Goiás. Para isto, é feito a apresentação do programa de acordo com a análise dos documentos consultados.

O percurso de implantação do Programa Nacional de Informática na Educação (ProInfo) iniciou com a implantação da portaria Nº 522, de 9 de abril de 1997, da Secretaria de Educação a Distância (SEAD) do Ministério da Educação (MEC) em parceria com as secretarias de educação, estaduais e municipais. Contou com o patrocínio do Fundo Nacional de desenvolvimento da Educação (FNDE), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) de Desenvolvimento e também da UNESCO. Uma década depois, o decreto Nº 6.300, de 12 de dezembro de 2007, alterou o nome para Programa Nacional de Tecnologia Educacional, sem modificar a perspectiva de promover o uso pedagógico das tecnologias nas escolas públicas de educação básica brasileiras. As diretrizes do ProInfo foram estabelecidas de forma a

³ O Projeto de Lei nº 13.005 foi aprovado em 25 de junho de 2014 e instituiu PNE (2011-2020). Neste documento observa-se que das 20 metas presentes no texto, 6 fazem referência a inserção de tecnologias na educação. Desta-se ainda algumas estratégias que associam o investimento em tecnologia com o propósito de melhorar o desempenho de qualidade da educação adotado (5.3, 5.4, 8.1, 7.12) e estratégias que indicam que o uso das tecnologias para promover a inclusão digital (9.11, 9.12)

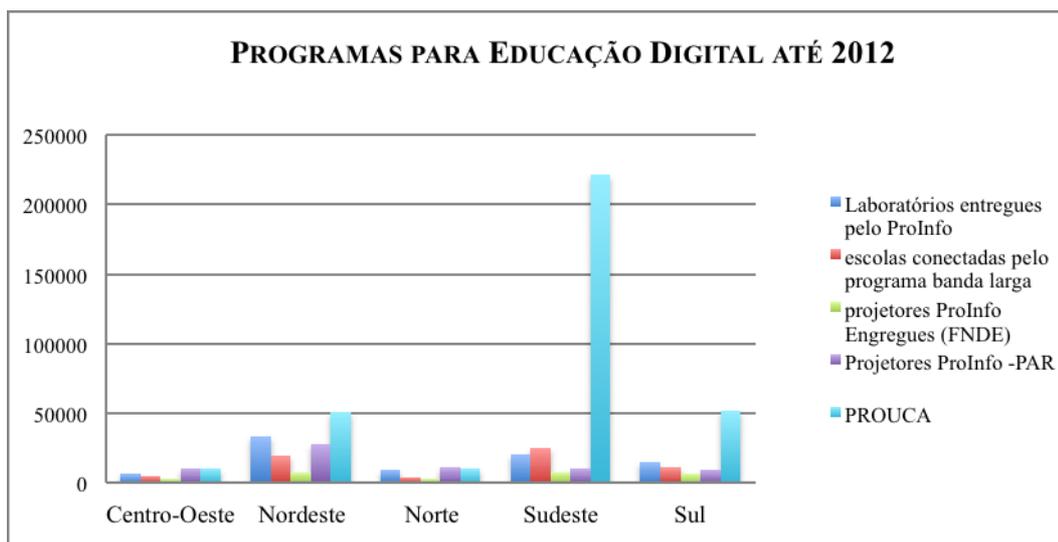
⁴ O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), foi criado em 2007 pelo Instituto de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

contar com a colaboração dos governos estaduais e municipais. Elas foram elaboradas a partir de duas esferas de ação: a primeira era a de implantação da estrutura técnica e de equipamentos distribuídos em todo o Brasil, para escolas que possuíssem mais de 150 estudantes; e outra esfera relacionava-se a formação de professores para o uso destes equipamentos.

Nestes documentos, a proposta foi contemplar todas as escolas públicas pelo programa ProInfo. Diante disto, a análise destes 17 anos, foi realizada a partir das informações disponibilizadas no *site*⁵ do MEC. Elas estão relacionadas aos programas que visam promover a inclusão digital, entre eles encontra-se o ProInfo. Vale esclarecer também, que os dados são apresentados conforme os critérios quantitativos criados. Não é apresentado nesta página, uma análise qualitativa, que mostre por exemplo, as condições de trabalho dos professores ao usar os equipamentos ou as características das escolas nas diferentes regiões brasileiras.

A análise dos dados brutos, disponibilizados no *site* do MEC, informam as ações em todos os programas promovidas pelo FNDE⁶. Neste texto é apresentado o período compreendido entre janeiro de 1999 a dezembro de 2012. Neste ano o FNDE entregou 85.073 laboratórios de informática dos 100.900 que foram adquiridos pelo ProInfo. O Gráfico 1 mostra o alcance deste programa nas cinco regiões brasileiras.

Gráfico 1:



Fonte: Dados encontrados no site do MEC. Gráfico construído pela autora.

⁵ Dados disponibilizados no *site* do MEC que traz as informações relacionadas as ações do MEC. Disponível em: <http://simec.mec.gov.br/par/estado_municipio.php>. Acesso em 12 de março de 2014. Os dados são apresentados diante da possibilidade de capturar quantitativamente.

⁶ Dados disponibilizados no *site* do MEC que traz as informações relacionadas as ações do MEC. Disponível em: <http://simec.mec.gov.br/par/estado_municipio.php>. Acesso em 12 de março de 2014.

Observa-se, no gráfico, a proporção de equipamentos distribuídos em cada região do território brasileiro. Nota-se, que a região mais contemplada foi a sudeste. As regiões centro-oeste e norte se destacam entre as regiões que menos foram contempladas. O programa Escolas Conectadas do Programa Banda Larga (PBL), apesar da ampla divulgação, não teve uma distribuição proporcionalmente não foi fartamente distribuído. É relevante mencionar que os números apresentados do PBL são observados a partir do ano de 2008. No início deste programa foram contempladas 17.525 escolas e em 2012 este número chegou a 64.454 escolas em todo o país. O Programa Um Computador por Aluno (PROUCA), nas regiões, sul, sudeste e nordeste, obteve o maior número de equipamentos distribuídos. O PROUCA, que surgiu em 2010, distribuiu até o ano de 2011 o total de 345.121 *laptops* no Brasil.

Em a relação ao Estado de Goiás os números apresentados apontam que foram entregues 2.944 laboratórios de informática, o que representa 41,46% dos laboratórios entregues na região centro-oeste e 3,46% dos laboratórios entregues no Brasil. Entre os anos de 2008 e 2012, o Programa Banda Larga atendeu 2.353 escolas goianas, que representa 49,25% na região centro-oeste e 3,65% no território brasileiro. O PROUCA entregou 4390, ou seja 42,56% dos 10.311 *laptops* distribuídos na região centro-oeste e 1,27% dos 345.121 *laptops* distribuídos em todo o país.

Vale destacar que a apresentação dos dados de caráter quantitativo remetem a inquietações presentes na presente pesquisa. Diante disto, o olhar lançado para estas informações buscam a compreensão sobre a forma como estes programas contribuíram para o processo de implantação das tecnologias no Estado de Goiás.

A partir destes aspectos surge então as questões da pesquisa: qual a percepção que os professores da educação básica das escolas públicas de Goiás possuem sobre os programas de formação docente para o uso das tecnologias na educação? Como eles percebem o papel das tecnologias na educação e em sua prática docente após participarem dos programas de formação oferecidos pelos programas oficiais? A análise que contemple as contradições deste contexto se faz necessária. Para isto, é importante regatar o percurso histórico do surgimento das ações promovidas pelo governo estadual, na implantação destes programas, bem como as ações destinadas a formação docente para o uso das tecnologias no processo educacional.

Em Goiás as ações do ProInfo tiveram início com o decreto de Nº 4.985, de 18 de dezembro de 1998, momento em que o governo estadual criou na Secretaria de Educação (SEDUC/GO), os Núcleo de Tecnologia Educacional (NTE). Neste decreto, é destacado que estes núcleos deveriam ser criados com as mesmas características de uma unidade escolar, os professores que fosse integrados nos NTE, caberiam os mesmos direitos e deveres da carreira profissional. A especificidade dos núcleos portanto, era de promover a formação docente, mediante reflexões teóricas e atividades pedagógicas destinadas ao uso de tecnologias em sala de aula das escolas públicas do Estado de Goiás. Inicialmente foram criadas unidades em dez municípios: Goiânia (duas unidades), Anápolis, Catalão, Formosa, Jataí, Morrinhos, Posse, Cidade de Goiás, Iporá e Uruaçu.

Em 2004, com o aumento da demanda para a formação dos professores a Superintendência de Educação a Distância e Continuada, em parceria com o ProInfo/MEC, criou os Núcleos Regionais de Educação a Distância (NURED). Nos documentos, é destacado que estes espaços deveriam possuir a mesma estrutura equivalente aos NTE. Assim, em 2005⁷ foram homologados mais nove NURED e as cidades contempladas foram: Aparecida de Goiânia, Ceres, Goianésia, Luziânia, Monte Alegre, Palmeira de Goiás, Porangatu, Rio verde, Inhumas e Silvânia. Vale destacar, que nesta época, foi criado o cargo de dinamizador das tecnologias interativas aplicadas à educação. Pensando, dessa forma, em um profissional para atuar nos laboratórios das escolas. A função destes profissionais era de organizar as atividades pedagógicas a serem realizadas nos laboratórios de informática. Em 2010⁸, o total de NTE no Estado de Goiás passou a ser 28 unidades. As unidades homologadas foram destinadas as cidades: Quirinópolis, Trindade, Minaçu, São Luis, Planaltina, Jussara e Goianésia.

Conforme o atual organograma da SEDUC/GO⁹, os NTE passaram a ser identificados como Núcleo da Escola de Formação (EsFor). Eles são subordinados à Superintendência de Inteligência Pedagogia e Formação. Trata-se de um órgão destinado a formação pedagógica dos professores que fazem parte do sistema estadual de ensino goiano. Com esta mudança a proposta de formação docente, neste núcleo, não é restrita apenas ao uso das tecnologias na educação.

⁷ As portarias, decretos e documentos relacionados a esta ação do governo estadual de Goiás estão arquivados nos órgãos do governo.

⁸ As portarias, decretos e documentos relacionados a esta ação do governo estadual de Goiás estão arquivados nos órgãos do governo.

⁹ A gestão da SEDUC que se iniciou o mandato em 2011.

Ao fazer este resgate documental, observou-se também a existência do Plano Estadual de Goiás (PEE), que foi publicado no diário oficial em 17 de outubro de 2008. Em cada item do documento, após a apresentação do diagnóstico, são elencadas as diretrizes, objetivos e metas para as políticas públicas de educação do Estado de Goiás para os anos de 2008 a 2017. Neste documento, existe a proposta de integração das diferentes mídias em ambientes educacionais, de maneira que os professores da educação básica utilizem as tecnologias de forma articulada com uma proposta pedagógica e também, uma concepção interacionista de aprendizagem. Conforme o documento (GOIÁS, 2008, p.46), as ações previstas são:

- capacitação dos docentes para o uso das tecnologias;
- apoio a implantação e desenvolvimento das TIC nas escolas públicas;
- apoio ao desenvolvimento de projetos didáticos para o uso das TIC na escola;
- prover as escolas públicas com os materiais necessários para os programas educacionais presenciais ou a distância.

Outro aspecto a se destacar refere-se as cinco metas do PEE que tratam da implantação e utilização das tecnologias em ambiente educacional, são elas:

4-Incentivar a inclusão e o desenvolvimento de conteúdos e procedimentos didáticos-pedagógicos, com o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), na formação de professores.[...]

7-Assegurar às escolas públicas de nível fundamental e médio garantir o acesso universal à televisão educativa e outras redes de programação educativo-cultural, com o fornecimento de equipamento correspondente promovendo sua integração ao projeto pedagógico da escola.

8-Garantir que, em cinco (5) anos a partir da vigência deste plano todas as escolas públicas do ensino fundamental e médio de Goiás contem com laboratório de informática educacional e condições de acesso à rede eletrônica.

9-Capacitar, em cinco (5) anos a partir da vigência deste plano, todos os professores para o uso pedagógico das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC).

10-Implantar e desenvolver o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), de forma integrada na rede pública de ensino. (GOIÁS, 2008, p. 47-48)

O documento, apresenta também, o diagnóstico e o panorama do Estado de Goiás. Nesta perspectiva, encontra-se o número de escolas e municípios atendidos pelo ProInfo, o número de computadores instalados e a quantidade de professores capacitados entre os anos de 2002 a 2007.

Faz-se necessário destacar, que no texto deste documento a ausência da indicação da forma como será gerida a manutenção dos equipamentos instalados nas

escolas. Além disto, é relevante observar a indicação dos aspectos que tratem sobre as condições de trabalho docente ao utilizarem as tecnologias em ambiente escolar, como por exemplo: carga horária para organizar os materiais a serem utilizados, incentivo financeiro e administrativo para a participação nos cursos de formação, organização na rotina de trabalho da escola para que as atividades sejam desenvolvidas conforme as especificidades. O PEE se referir ao projeto pedagógico das escolas ao inserirem as tecnologias em suas atividades, no entanto não indicam as diretrizes que caracterizem o de perfil da escola e a concepção de educação que se deseja contemplar.

A partir dos aspectos presentes nos documentos observados e também da análise das ações desenvolvidas nos últimos quatro anos pelo governo do Estado de Goiás, observou-se que as metas relacionadas a inserção das tecnologias na educação, não estão inseridas nos programas da atual gestão¹⁰. A reforma educacional, intitulada Pacto pela Educação¹¹, tem como uma das principais justificativas, a proposta para o aumento dos índices do IDEB¹² e valorização da carreira docente. Neste programa, as ações relacionadas as condições de trabalho dos professores estão pautadas em:

- Atendimento da lei para a remuneração do piso salarial;
- Programas de formação continuadas, onde predomina a incorporação de técnicas de motivação, desenvolvimento de liderança e criatividade. A proposta é marcada por utilizar termos específicos da administração (*coaching*, meta, líder/liderança, padronização, modelo, recompensa, mérito, entre outros);
- Previsão de escolas modelos como espaços de estágio e formação dos professores;
- Surgimento de novas terminologias para os docentes: professor tutor, professor – referência, tutores pedagógicos;
- Premiação aos professores, escolas e alunos que se destacarem;
- Parcerias com empresas ou fundações privadas: Itaú social, fundação Jaime Câmara, Instituto Unibanco.

O uso das tecnologias nas escolas públicas do Estado de Goiás proposto por este programa, é justificado pela necessidade de promover novas práticas de ensino que gerem ‘impacto’ na aprendizagem. Para isto, a proposta é de aderir a projetos como o UCA, as lousas digitais, os *tablets*, etc. Não é mencionado no programa, ações que

¹⁰ Esta análise foi realizada na gestão da SEDUC que atuou entre no período de 2011 ao primeiro semestre de 2014.

¹¹ As informações estão baseadas nos arquivos disponibilizados na página do programa Pacto pela Educação – SEDUC-GO.

¹² Segundo a proposta, entre os anos de 2005 a 2011 houve uma queda em todos os níveis de ensino.

garantam a manutenção ou aquisição de laboratórios de informática e os critérios de distribuição destes equipamentos para as escolas públicas.

Diante disto, ao recorrer as bases legais goianas, nota-se que as metas propostas pelo PEE elaborado e aprovado em 2008, não são mencionadas nas diretrizes do plano de 2014. O projeto em vigor, Projeto Amigo, tem como objetivo ‘modernizar a educação’, pretende para isto atender 500 escolas do Estado de Goiás por meio do sistema de tecnologias integradas¹³, mas demonstra ações dar sequência as propostas existentes, ou mesmo criar sistemas de avaliação das necessidades vividas das escolas públicas.

Antes de encerrar este artigo, é relevante destacar a percepção relacionada ao alcance dos limites de implantação do PNE no que se refere a elaboração, aprovação e aplicabilidade no planejamento educacional em esferas estaduais e municipais. O tratamento de soluções minimalistas às questões educacionais, evidenciam a constituição de uma proposta mercadológica ao promover o uso das tecnologias na educação. Os projetos que tratam destas ações possuem características mais próximas da área econômica do que da educação. Tais aspectos reforçam a relevância do percurso metodológico da pesquisa: ouvir os professores das escolas sobre suas impressões e sua prática ao usar as tecnologias com propósito educacional.

Algumas Considerações

A análise do percurso dos programas que visam a inserção das tecnologias na educação em Goiás, evidenciaram alguns aspectos que contribuirão para tencionar as categorias de análise da pesquisa em andamento. Vale lembrar que esta pesquisa se propõe a analisar, a partir dos programas oficiais de integração das tecnologias à educação, as percepções de professores da rede pública da educação básica do Estado de Goiás sobre: o papel das TIC na educação e a trajetória de suas práticas pedagógicas. Por isto, se faz necessário compreensão das características do contexto ao qual os sujeitos estão inseridos.

Os dados relatados neste artigo mostram que o contexto goiano é marcado por tímidas ações políticas que tratam sobre a implantação e gestão das tecnologias nas escolas públicas. Em alguns momentos elas estão desarticuladas entre as esferas públicas e até mesmo entre os gestores públicos. Esta observação, até o presente

¹³ De acordo o programa Projeto Amigo, será realizado a aquisição e distribuição de computadores para professores e alunos das escolas públicas estaduais, com previsão de gasto de R\$ 30.0008.000,00.

momento da pesquisa, é comprovado nos discursos dos docentes que participaram dos programas de formação e desenvolveram atividades pedagógicas nos laboratórios de informática.

Outra contribuição que emerge do confronto entre teoria e contexto vivido nas escolas goianas, se relaciona a apropriação do termo inclusão digital. Nota-se que os documentos dos programas oficiais, tratam este termo sem refletir sobre a perspectiva de fundamentação pedagógica deste termo. Tal fato gera

O primeiro aspecto relaciona-se a imprecisão sobre o conceito de Inclusão Digital. Esta ausência gera abertura para estratégias políticas que privilegiam a comercialização de equipamentos destinados aos órgãos públicos diante do pressuposto de que são eles, os responsáveis pela melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem.

O reflexo deste cenário está no cotidiano da escola. Investigar as questões que dizem respeito às práticas pedagógicas e seus recursos pedagógicos, não desconsidera os aspectos abordados. Ao contrário, convida a ampliar as reflexões diante dos desafios e do compromisso social que temos diante da realidade vivida.

Referências:

BRASIL. Portal de governo eletrônico do Brasil. **Inclusão digital**. Disponível em: <<http://www.governoeletronico.gov.br>>. Acesso em: 18 fev. 2014.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n.º 10.005** de 25 de junho de 2014. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm > Acesso em: 2 jul. 2014.

BRASIL. MEC. **Decreto nº 6.300** de 12 de dezembro de 2007, Brasília, 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/2007/Decreto/D6300.htm>. Acesso em 04 jan. 2012.

BONILLA, M. H. S; PRETTO, N. De L. **Políticas Brasileiras de Educação e Informática**. Net Salvador, 2000. Disponível em: <<http://www.faced.ufba.br/~bonilla/politicas.htm>>. Acesso em: 18 de jun. 2009.

BUENO, Divino. Et all. **ProInfo em Goiás: desafios, conquistas e possibilidades**. Disponível em: <<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000015048.pdf>>. Capturado em: 26 set. 2012.

DURAN, Débora. **Alfabetismo digital e desenvolvimento: das afirmações às interrogações**. 228f. Tese (Doutorado em educação). Universidade de São Paulo, 2008.

GOIÁS. Pacto pela Educação em Goiás. Disponível em: <http://www.seduc.go.gov.br/especiais/pactopelaeducacao/default.asp>. Acesso em 18 fev. 2014.

GOIÁS. Lei Complementar n.º 62, de 9 de outubro de 2008. Plano Estadual de Educação do Estado de Goiás. **Diário Oficial do Estado de Goiás**. Goiânia, GO, n. 20.478, 17 out. 2008.

LÉVY, Pierre; LEMOS, André. **O futuro da internet**: em direção a uma ciberdemocracia. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2010.

LOPES, Cristiano A. Exclusão digital e a política de inclusão digital no Brasil: o que temos feito? In: **Revista de Economia Política de las tecnologías de la Información e comunicación**. Vol. IX, n. 2, mai – ago 2007. Disponível em <<http://www.seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/235/230>>

MORAES, R. de A . A Política Educacional de Informática na Educação Brasileira e as Influências do Banco Mundial: do Formar ao ProInfo: 1987 a 2005. In: **VII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas - HISTEDBR**, 2006, Campinas. Navegando pela História da Educação Brasileira. Anais.10 a 13 de julho.

PEIXOTO, Joana; FIGUEIREDO, Adda D L. Um computador por aluno: Uma modalidade de inclusão digital pela educação? In: ALONSO, Kátia; M ROCHA, Simone A. (orgs) **Políticas públicas, tecnologias e docência**: Educação a distância e a formação do professor. Cuiabá: EdUFMT, 2013, p. 34-48.

PINHEIRO, Marta M K. Observatório da inclusão digital: descrição e avaliação dos indicadores adotados nos programas governamentais de infoinclusão. In: **VIII ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**. 2007. Anais. Salvador.

PINTO, M S; BUENO, D C. **As dificuldades no uso da informática nas escolas públicas de Goiás**. Disponível em: <<http://www.inf.ufg.br/espinfedu/sites/www.inf.ufg.br/espinfedu/files/uploads/trabalhos-finais/artigo-marcioglei.pdf>> Acesso em 12 fev. 2014.

PRETTO, Nelson de Luca. **O desafio de educar na era digital** **educações**. Rev. Port. de Educação, Braga, v. 24, n. 1, 2011. Disponível em <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0871-91872011000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 27 mar. 2014

RASLAN, V. ; ARRUDA, E. E. . A implementação do Programa Nacional de Informática na Educação (PROINFO), no Brasil e no estado de Mato Grosso do Sul, no período de 1997 a 2006. In: **VII Jornada do HISTEDBR**, 2007, Campo Grande. Anais do VII HISTEDBR. Campo Grande: UNIDERP, 2007.

SANTOS, Nilma F do A. **IDEB e tecnologias educacionais**: algumas reflexões. 36º Reunião Nacional da ANPED, 2013, Anais. Goiânia.